

## **Crime e castigo, aspereza e humanidade: aspectos discursivos da representação da realidade na crônica “Mineirinho”, de Clarice Lispector**

Prof. Dr. Manoel Francisco Guaranha<sup>1</sup> (UNICSUL)

### **Resumo:**

*Este trabalho tem como objetivo investigar as estratégias discursivas do diálogo que a crônica “Mineirinho”, de Clarice Lispector (1922-1977), estabelece com as notícias de jornal para compreender como os procedimentos da enunciação lispectoriana ressignificam, por meio de uma elocução dialógica, o problema da violência, reapresentando-o sob uma perspectiva que ultrapassa a ótica imediata da luta de classes e explora o conflito humano atemporal, marcado pela constatação das fronteiras tênues e movediças entre a lei e o crime, a justiça e o castigo, a humanidade e a barbárie.*

**Palavras-chave:** Discurso, Estratégias discursivas, Dialogismo, Crônica, Clarice Lispector.

### **1 O fato, a crônica e a releitura da realidade**

A crônica “Mineirinho”, de Clarice Lispector, publicada originariamente na revista **Senhor**, em 1962, considerada pela escritora um de seus textos prediletos<sup>1</sup>, reelabora um dos fatos que marcaram a sociedade carioca no início da década de 1960: a morte de José Rosa Miranda, marginal condenado a mais de cem anos de prisão, que fugira do Manicômio Judiciário em 23 de abril de 1962. O confronto entre o fugitivo e os policiais ocorreu, segundo testemunhas, na Rua General Pedra, próximo ao centro da cidade do Rio de Janeiro, em 30 de abril de 1962, mas o corpo crivado de balas só foi encontrado na Estrada Grajaú-Jacarepaguá, no dia seguinte.

Embora a polícia tenha negado, as notícias da época evidenciam que Mineirinho foi fuzilado com treze tiros, o que caracterizaria um excesso de violência. A ação deixou a classe média aliviada, mas causou revolta na população mais pobre, uma vez que o marginal gozava de certo prestígio junto às comunidades carentes.

O objetivo deste trabalho é investigar como, independente da problemática social mediata do momento histórico cujo acontecimento se apresenta como um sintoma, Clarice Lispector procura, por meio da crônica, extrair elementos que propõem uma releitura da realidade. A elocução da escritora recria por meio de procedimentos discursivos, poética e ideologicamente, o cerne da questão: para além do hiato existente entre as classes sociais, cujas diferentes vozes entram em conflito no texto dialógico clariceano, a crônica revela uma dimensão mais ampla, porque atemporaliza um fato da realidade o que, em última instância, é a própria função desse gênero que se presta a redimensionar o prosaico.

Além disso, é digna de nota a coragem da enunciadora, que correu o risco de ser interpretada como uma voz que defendia um criminoso, uma vez que o texto dela relativiza a visão maniqueísta do bem versus o mal e propõe uma reflexão sobre a natureza e os limites da maldade na própria condição humana, já que um tiro apenas teria sido necessário para eliminar o bandido.

### **2 O discurso jornalístico: a legitimação do crime**

A construção dialógica de Clarice Lispector alimenta-se dos textos jornalísticos e entra em confronto com eles, haja vista que mesmo aqueles que de certo modo condenaram a ação da polícia procuram legitimar a violência das forças públicas evocando a ficha criminal de Mineirinho e a

---

<sup>1</sup> Entrevista dada pela autora ao jornalista Júlio Lerner, da **TV Cultura**, em 1977. Disponível em < <http://www.youtube.com/watch?v=zjQ5PSEOd1U> >. Acesso em 20 de jul. 2011.

periculosidade dele como argumentos justificadores da barbárie.

Os textos jornalísticos<sup>2</sup>, que revelam certa liberdade de expressão de que gozava a imprensa da época, contestam abertamente o discurso oficial da polícia, que nega oficialmente a participação no crime, e revelam os detalhes da execução. As concessivas utilizadas no texto do **Jornal de Brasil** bem como os testemunhos dos moradores próximos ao local em que o corpo foi encontrado são exemplos disso:

(...) Embora a Polícia afirme que nada tem a ver com a morte de Mineirinho, que fugira há oito dias do Manicômio Judiciário, apurou-se que foi Paulo Sérgio dos Santos, conhecido por Gambota e informante do Detetive Daniel, Chefe do Setor de Vigilância, quem indicou na noite de domingo o local em que ele iria aparecer.

Levantamento feito pelos jornalistas revelou pormenores que a própria Polícia se nega a confirmar, embora existam pontos que indicam a sua participação no episódio. A hipótese de que ele teria sido morto onde foi achado é afastada pelo depoimento dos moradores de Cachoeira Grande, que não ouviram tiros ali. (**Jornal do Brasil**, 1º de maio de 1962).

O **Diário Carioca** segue a mesma linha do **Jornal do Brasil**, arrolando mais testemunhas que apontavam a polícia como responsável pela morte do marginal:

Até as últimas horas de ontem a Polícia ainda não havia esclarecido o tiroteio ocorrido domingo último, às 22 horas, na Rua General Pedra, próximo à esquina da Rua de Santana, onde se localiza a garagem da empresa de transporte Santa Cecília.

Funcionários desta garagem informaram à reportagem que o tiroteio foi travado entre vários indivíduos que saltaram de um carro e três elementos que fugiram. Pouco depois de acabado o tiroteio, apareceu uma viatura da RP que se retirou rapidamente, enquanto dois homens colocavam o cadáver de um dos assaltantes num carro particular, levando-o para local ignorado. (**Diário Carioca**, 1º de maio de 1962).

Os jornais, por meio do tom que usam para veicular a notícia, constroem um *ethos* discursivo que cria “uma instância subjetiva que desempenha o papel de fiador do que é dito” (MAINGUENEAU, 2004, p.98). Expressões como “apurou-se”, “levantamento feito pelos jornalistas revelou pormenores que a própria polícia se nega a confirmar”, “a hipótese (...) é afastada pelo depoimento”, no **Jornal do Brasil**; e a localização exata do lugar do confronto bem como a narrativa detalhada das testemunhas, no **Diário Carioca**, são estratégias fundamentais para que o enunciado adquira ares de veracidade.

O **Correio da Manhã** parece encarnar de modo mais evidente a voz daqueles que defendem a execução de Mineirinho. Embora revele o exagero da ação repressora policial, justifica-a logo em seguida, com o intuito de legitimá-la:

Não foi a Justiça quem decretou a morte do mais temível assaltante do Rio de Janeiro, conhecido pela alcunha de "Mineirinho". Ele próprio a procurou, desafiando a tranquilidade pública e um aparelhamento policial cujas metralhadoras sabia não lhe dariam trégua. Carregando 104 anos de prisão, o facínora ainda brincou pelas ruas e favelas da cidade durante dias, assaltando e baleando - que estas eram sua razão de viver.

Não há pena de morte, muito menos os policiais têm carta de legítima defesa permanente, para matar sem dar as devidas satisfações. Seja a vítima da mais alta

---

<sup>2</sup> Todos os textos jornalísticos utilizados neste trabalho foram extraídos de WEGUELIN, João Marcos. “O Rio de Janeiro através dos jornais”. Disponível em <<http://www1.uol.com.br/rionosjornais/rj45.htm>>. Acesso em 20 de jul. 2011.

periculosidade. Daí seu corpo ter sido manhosamente transportado para local ermo, numa prova de que nem sempre os detetives sabem despistar. Mas isso é outra história. "Mineirinho" acabou para a crônica policial. Seu corpo, como outro qualquer, só mereceu do popular que aparece na foto o gesto de retirar o chapéu de sobre a cabeça, em sinal de respeito. Em sinal de respeito aos leitores, também evitamos focalizá-lo varado pelas balas. (**Correio da Manhã**, 1º de maio de 1962).

Percebe-se que mesmo negando ao Estado o direito de matar, o órgão de imprensa absolve a instituição por meio da adversativa: “Mas isso é outra história”. O jornal atribui a morte de Mineirinho à ousadia do marginal, pelo fato de ele ter desafiado a tranquilidade pública e o aparelhamento policial. A utilização de epítetos como “mais terrível assaltante” e “o facínora” marcam definitivamente a posição favorável do órgão à ação da polícia que, embora ilegal, é apresentada como profilática. Além disso, o discurso minimiza o apoio da população pobre a Mineirinho, dado que aparece de forma mais enfática em outros jornais.

Pela maneira de dizer do jornal podemos encontrar uma maneira de ser do enunciador que usa o poder de persuasão para levar o enunciatário a identificar-se com os valores que transmite. O artigo sugere que, se a justiça é falha, haja vista ter condenado o marginal a 104 anos de prisão e não à morte, o aparelhamento policial, munido de metralhadoras, respondeu a um desejo latente do povo, a ação é apresentada como reação legítima à atitude desafiadora de Mineirinho ao *status quo*, desafio que se materializara nos crimes dele. Dessa forma, o enunciatário, a parte do público leitor que teve sua tranquilidade roubada, deve aceitar como legítima a atividade policial que, afinal, a beneficiou.

Assim, em certo sentido, justifica-se o fato de a polícia ter transportado o corpo para outro local “manhosamente”, embora de forma incompetente: “nem sempre os detetives sabem despistar”. O enunciador, de certo modo, inocenta a corporação ao sugerir que ela não sabe cometer crimes em causa própria (esconder o corpo) para isentar-se de responsabilidade, mas é capaz de matar o marginal em nome do desejo coletivo. A enunciação dá corpo ao seu fiador, transformando-o em uma voz coletiva, espécie de coenunciador que incorpora a maneira de ser do corpo social, o qual deve aderir ao discurso uma vez que este apresenta a ação policial como adequada à preservação da vida dos homens de bem em uma sociedade cuja justiça oficial é muito leniente.

O trecho final reitera os valores impostos ao enunciatário quando descreve apenas um popular tirando o chapéu em sinal de respeito ao marginal que nunca respeitara a sociedade. Dessa forma, o enunciador recria o gesto de Cristo quando perdoou o bom ladrão e, em nome do decoro, poupa os leitores da imagem de Mineirinho crivado de balas.

### 3 A crônica “Mineirinho”: um embate discursivo com o discurso jornalístico

A crônica “Mineirinho”, de Clarice Lispector, traz marcas mais evidentes da notícia do jornal **Correio da Manhã**. A voz da cronista parece querer desmascarar o *ethos* do jornal, que procura legitimar a barbárie da polícia. A enunciação clariceana aponta o desaparecimento do marginal como o falso alívio dos “sonsos essenciais”: “Essa justiça que vela o meu sono, eu a repudio humilhada por precisar dela. Enquanto isso durmo e falsamente me salvo. Nós, os sonsos essenciais” (LISPECTOR, 1978, p. 101)

O desafio à ordem instituída, que o jornal aponta como legitimadora do assassinato de Mineirinho, é visto de outra maneira pela crônica: se as forças policiais fazem justiça é porque, segundo a voz da narradora, essa não é uma justiça que leva em conta

...que todos temos que falar por um homem que se desesperou porque neste a fala humana já falhou, ele já é tão mudo que só o bruto grito desarticulado serve de sinalização. Uma justiça prévia que se lembrasse de que nossa grande luta é a do medo, e que um homem que mata muito é porque teve muito medo. Sobretudo uma

justiça que se olhasse a si própria, e que visse que nós todos, lama viva, somos escuros, e por isso nem mesmo a maldade de um homem pode ser entregue à maldade de outro homem: para que este não possa cometer livre e aprovadamente um crime de fuzilamento. Uma justiça que não se esqueça de que nós todos somos perigosos, e que na hora em que o justiceiro mata, ele não está mais nos protegendo nem querendo eliminar um criminoso, ele está cometendo o seu crime particular, longamente guardado. (LISPECTOR, 1978, p. 103).

A enunciadora lê as atitudes de Mineirinho, que se constroem a partir do silêncio e da fúria, como uma forma de protesto e reveladoras da maldade que habita o bandido não como uma marca pessoal, mas como uma dimensão humana, que também se manifesta na força pública repressora, por sua vez, a expressão da maldade coletiva de uma sociedade que financia e sanciona positivamente as ações ilegais da polícia.

O *ethos* do jornal revela-se, ainda, na tentativa de preservar o leitor da imagem do cadáver crivado de balas, numa espécie de decoro cuja dupla função é poupar os olhos da classe média de uma visão grotesca e de minimizar a importância de Mineirinho, transformando-o em um corpo como qualquer outro, relativizando o apoio popular recebido por ele, fenômeno que outros jornais, inclusive o **Jornal do Brasil**, aquele para o qual Clarice escreveria crônicas entre os anos de 1967 e 1973, retratam de forma mais enfática:

O corpo de Mineirinho foi levado por volta das 14h30m (*sic*) para o Instituto Médico Legal, mas a autópsia não pôde ser feita porque havia muita gente querendo vê-lo: uma fila de mais de mil pessoas se firmara pelas ruas adjacentes. (**Jornal do Brasil**, 1º de maio de 1962).

Dezenas de pessoas pobres compareceram ao local onde foi encontrado o cadáver de Mineirinho. Ninguém conseguiu aproximar-se do corpo, pois a polícia, por ordem do delegado Agnaldo Amado, do 23º DP, afastava a todos com violência. Em geral, os moradores do morro se mostravam contrariados com a morte de Mineirinho, que consideravam uma versão carioca de Robin Hood. (**Diário Carioca**, 1º de maio de 1962).

Percebe-se em cada uma das elocuições um reflexo do conflito em que vive a sociedade entre o caos e a ordem, a força bruta e a justiça, as classes favorecidas e as desfavorecidas, dado que a crônica de Clarice põe em evidência ao evocar, explicitamente, as imagens da carne e do sangue que o jornal censurara: “Meu erro é o meu espelho, onde vejo o que em silêncio eu fiz de um homem. Meu erro é o modo como vi a vida se abrir na sua carne e me espantei, e vi a matéria de vida, placenta e sangue, a lama viva” (LISPECTOR, 1978, p. 102).

Além disso, certos signos inscritos nas notícias são potencializados pela crônica e funcionam como comentários adicionados à cena crua que as notícias descrevem. Entre eles estão: o caráter simbólico dos treze tiros; a espiritualidade de cunho popular da medalha de São Jorge, aliada à preciosidade da matéria de que é feita, o ouro; a quantia de dinheiro que o morto possuía nos bolsos, que varia muito de um jornal para o outro; e a ironia da marca dos sapatos **Sete Vidas**, dos quais Mineirinho foi despojado:

José Rosa de Miranda, o Mineirinho, foi encontrado morto, ontem na Estrada Grajaú-Jacarepaguá, no Rio, com 13 tiros de metralhadora em várias partes do corpo - três deles nas costas e quatro no pescoço - uma medalha de ouro de S. Jorge no peito e Cr\$ 3.112 nos bolsos, e sem os seus sapatos marca **Sete Vidas**, atirados a um canto. A Polícia atribui o assassinato do ex-detento "a um seu rival". (**Jornal do Brasil**, 1º de maio de 1962).

O delegado Agnaldo Amado solicitou o comparecimento de um técnico do Instituto de Criminalística. Os peritos Diamantino e Ivã estiveram no local, recolhendo em poder da vítima a importância de 8.120 cruzeiros e uma oração:

"Cinco Minutos Diante De Santo Antônio". (**Correio da Manhã**, 1º de maio de 1962).

“Mineirinho” é um exemplo de como a enunciação de Clarice Lispector vai além do engajamento circunstancial porque se constrói de palavras vivas, que nascem de um ato de elocução que vai além da reelaboração estética da realidade circundante ou mera ficcionalização dela. A crônica em questão trata-se de um texto cuja entonação revela como “o nosso mundo exterior se adapta às possibilidades de nossa expressão” (BAKHTIN, 2004, p. 113), dado que confere um caráter crítico à voz da escritora, sempre disposta a considerar sua palavra “território comum do locutor e do leitor” (BAKHTIN, 2004, p. 118), ou seja, revela uma consciência da perspectiva dialógica que reveste todo ato de comunicação, como se pode ver no início da crônica:

É, suponho que **é em mim, como um dos representantes de nós**, que devo procurar por que está doendo a morte de um facínora e por que é que mais me adianta contar os treze tiros que mataram Mineirinho do que os seus crimes. (LISPECTOR, 1978, p. 101, o grifo é meu).

Evidencia-se aqui a consciência que a enunciativa tem do ato de interação social que constitui o trabalho literário. Ao declarar que deve buscar em si não a consciência individual, mas a parte do “nós”, ela põe em choque o atrito entre a “atividade mental do eu” e a “atividade mental do nós” que configura o complexo processo de interação verbal e social que é o ato enunciativo materializado por meio do texto. A enunciativa revela sua concepção de palavra como uma “espécie de ponte lançada entre mim e os outros” (BAKHTIN, 2004, p. 113), configurando seu discurso como ato ideológico pautado pelo diálogo amplo, que não apenas recupera as marcas do discurso jornalístico por meio do epíteto de facínora dado pela imprensa ou pela quantidade de tiros que mataram Mineirinho, mas pela carga simbólica de que se revestem esses elementos, transformando-os de significação em tema, uma vez que não se constituem mais apenas “elementos da enunciação que são reiteráveis e idênticos cada vez que são repetidos”, mas se apresentam como um “sistema de signos dinâmico e complexo que procura adaptar-se adequadamente às condições de um dado momento de evolução (...) uma reação da consciência em devir ao ser em devir” (BAKHTIN, 2004, p. 129).

Desse modo, quando nos remete aos objetos encontrados com o morto, a crônica capta sutilmente a tematização que eles propõem não mais pelo valor absoluto ou pelo significado que possuem individualmente, mas pela carga trágica que comportam no contexto em que ocupam. São signos que apontam para “uma coisa”, para além da possibilidade de se materializar em palavras, apenas capazes de serem tematizados no desespero coletivo que se materializa na crise social geradora do paradoxo de uma polícia criminosa cuja ação sempre irá condenar os mais fracos:

Há alguma coisa em nós que desorganiza tudo – uma coisa que entende. Essa coisa que fica muda diante do homem sem gorro e sem sapatos, e para tê-los ele roubou e matou; e fica muda diante do São Jorge de ouro e diamantes. Essa alguma coisa muito séria em mim fica ainda mais séria diante do homem metralhado. Essa alguma coisa é o assassinato em mim? Não, é o desespero em nós. (LISPECTOR, 1978, 102).

O diálogo da narradora com a cozinheira dá voz à parcela da sociedade que não a tem. Nele, as lacunas significam tanto quanto as palavras:

Perguntei a minha cozinheira o que pensava sobre o assunto. Vi no seu rosto a pequena convulsão de um conflito, o mal-estar de não entender o que se sente, o de precisar trair sensações contraditórias por não saber como harmonizá-las. Fatos irredutíveis, mas revolta irredutível também, a violenta compaixão da revolta. Sentir-se dividido na própria perplexidade diante de não poder esquecer que Mineirinho era perigoso e já matara demais; e no entanto nós o queríamos vivo. A cozinheira se fechou um pouco, vendo-me talvez como a justiça que se vingava. Com

alguma raiva de mim, que estava mexendo na sua alma, respondeu fria: “O que eu sinto não serve para se dizer. Quem não sabe que Mineirinho era criminoso? Mas tenho certeza de que ele se salvou e já entrou no céu.” Respondi-lhe que “mais do que muita gente que não matou”. (LISPECTOR, 1978, p. 101).

A concepção do discurso como ação dá-se neste fragmento de forma diversa daquela que ocorre no texto jornalístico, porque a narradora não atua como mera transmissora de informações, mas como uma consciência empenhada no entendimento simultâneo, que considera o falante que ouve e o ouvinte que também fala articulados em uma cadeia complexa de comunicação.

A consciência que se instaura é a do estranhamento, mais que da constatação. Ao invés de fórmulas, a enunciativa nos apresenta dúvidas, e por isso vai buscar na cozinha e na cozinheira, emblemas das entranhas da casa e daquela que alimenta as entranhas, respectivamente, as respostas, alimentos que ambas não têm. Ao mesmo tempo, como senhora e patroa que pergunta coloca-se, para a empregada, num lugar social superior, perturbando-a e plantando a semente do problema no espírito da interlocutora.

Para conseguir esse efeito, a enunciativa costura os elementos contraditórios dos discursos dos atores, tais como a percepção visual da narradora sobre a reação da interlocutora: “Vi no seu rosto...”; a oração com verbo no infinitivo e na voz reflexiva que funde, na mesma fala, observador e observado: “Sentir-se dividido...”; a utilização da primeira pessoa do plural para fundir os desejos da senhora e da empregada: “nós o queríamos vivo”; a inserção do discurso direto da interlocutora: “O que eu sinto não serve para se dizer...”, que é a marca do hiato entre o mundo exterior e a expressão, fenômeno que também se manifesta na voz da patroa; a intertextualização da palavra bíblica, ao mesmo tempo vazia, porque estereótipo messiânico, e plena de significado, porque sugere que Mineirinho encarna a figura do bom ladrão, dado que aproxima a cozinheira da figura de Cristo e do popular descrito pelo **Correio da Manhã**; e, finalmente, a resposta da patroa para reforçar o argumento da cozinheira, fundindo as vozes de ambas: “mais do que muita gente que não matou”.

Dessa forma, configura-se um teatro em que o signo que funciona não é apenas o da mente individual, mas o de uma área muito mais abrangente: o grande mar das relações interpessoais chamado de espaço social. No oceano de signos que o mundo propõe, são colocados em jogo os elementos fundamentais da situação de enunciação. Primeiro, a dor de uma senhora da classe média pela morte de um facínora misturada a certa atração patológica pelo obscuro que dorme no inconsciente coletivo:

Em Mineirinho se rebentou o meu modo de viver. Como não amá-lo, se ele viveu até o décimo terceiro tiro o que eu dormia? (...) Tudo o que nele foi violência é em nós furtivo, e um evita olhar para o outro para não correremos o risco de nos entendermos (LISPECTOR, 1978, p. 102).

Num segundo momento, revela-se a cumplicidade entre a cozinheira e Mineirinho, ambos irmanados pela condição de excluídos, condição esta já indiciada pelo apelido do morto, que revela ser ele um imigrante no Rio de Janeiro. Depois, o discurso apresenta a cumplicidade da narradora com a cozinheira, a quem alimenta e por quem é alimentada; Por fim, a fala emprestada do **Evangelho**, “tenho certeza de que ele já se salvou e entrou no céu” que emoldura arquetipicamente a cena, em contraponto ao “deus fabricado no último instante [que] abençoa às pressas a (...) maldade organizada e a (...) justiça stupidificada” (LISPECTOR, 1978, p. 102) da força policial que dizimou o marginal para que a sociedade dormisse tranquila.

O jogo proposto pela crônica entre os conceitos de justiça versus vingança – já que apenas um tiro bastaria para matar o Mineirinho, mas foi fuzilado com treze disparos; e bondade versus maldade se desdobra em uma longa fala na qual a enunciativa se coloca como um ser coletivo: “se adivinhamos a bondade de Deus é porque adivinhamos em nós a bondade, aquela que vê o homem

antes de ele ser um doente do crime” (LISPECTOR, 1978, p. 102). Desse modo, ela assume uma alteridade característica de quem tem consciência ideológica do discurso: “O décimo terceiro tiro me assassina – porque eu sou o outro. Porque eu quero ser o outro” (LISPECTOR, 1978, p. 101).

#### 4 O áspero e difícil terreno da realidade na crônica de Clarice Lispector

A análise precedente nos conduz a refletir sobre um rápido balanço das tendências críticas com relação à obra de Clarice, que podem ser sintetizadas no fragmento que se segue:

...a vasta e sempre crescente fortuna crítica da autora tem se centrado em três pontos principais de análise: a dimensão filosófica-existencial da obra; a construção formal e o estilo narrativo, ambos considerados singulares e idiossincráticos; a questão do feminino, suas personagens mulheres e o caráter feminista explícito ou implícito dos textos. Estes três aspectos da obra lispectoriana são com frequência enfocados isoladamente, preferindo muitos críticos o estudo individual dos livros. Outros, em especial a partir de meados da década de 1980, procuram atingir uma visão global da ficção lispectoriana, já que o problema da linguagem em Lispector encontra-se profundamente vinculado às preocupações filosóficas frequentemente vividas por personagens femininas. (BAILEY; ZIBERMAN, 2007, p.8).

Não se discute importância dessas correntes críticas que se debruçam sobre a escrita de Clarice, mas parece que o problema da linguagem em Lispector vai além da voz feminina para se caracterizar como uma voz da condição humana. Antonio Candido, já em 1945, quando escrevia a respeito de **Perto do coração selvagem**, apontava para algo que vai além do singular e do idiossincrático e que revela a percepção da literatura de Clarice como produto da consciência de um processo de comunicação dialógico, em que a dinâmica consiste na expressão temática do conflito entre a atividade mental do “eu”, o pensamento, e a atividade mental do “nós”, a vida:

Para que a literatura brasileira se torne grande, é preciso que o pensamento afine a língua e a língua sugira o pensamento por ela afinado. Uma corrente dupla, de que saem as obras-primas e sem a qual dificilmente se chega a uma visão profunda e vasta da vida dentro da literatura. (CANDIDO, 1977, p. 126).

Sendo assim, é possível abriremos caminhos produtivos para a apreciação dos textos de Clarice se levarmos em conta os aspectos discursivos que permeiam a obra dela, pois para além das abstrações filosófico-existencialistas e do sectarismo de uma temática feminina, na ficção de Lispector há uma dimensão humana e que vai além do enunciado e que se constrói por meio de um diálogo muito próximo com a realidade, coma atesta a própria escritora:

Não, não é que eu queira o sublime, nem as coisas que foram se tornando as palavras, que me fazem dormir tranquila, mistura de perdão, de caridade vaga, nós que nos refugiamos no abstrato.

O que eu quero é muito mais áspero e difícil: quero o terreno. (LISPECTOR, 1978, 103).

Além disso, a crônica foi um gênero com o qual Clarice manteve uma relação conflituosa, o que se revela por meio dos testemunhos dela quando colaborava com o **Jornal do Brasil**:

Sei que o que escrevo aqui não se pode chamar de crônica nem de coluna nem de artigo. Mas sei que hoje é um grito. Um grito de cansaço. Estou cansada... (LISPECTOR, 1999, p.81).

Crônica é um relato? É uma conversa? É o resumo de um estado de espírito? Não sei, pois antes de começar a escrever para o **Jornal do Brasil**, eu só tinha romances e contos. Quando combinei com o jornal escrever aqui aos sábados, logo em seguida morri de medo [...] nos meus livros quero profundamente a comunicação

profunda comigo e com o leitor. Aqui no jornal apenas falo com o leitor e agrade-me que ele fique agradado. (LISPECTOR, 1999, p.112-113).

Ainda que alegue certo descompromisso e desejo de agradar o leitor, a escritora parece conhecer bem o gênero crônica, um terreno fronteiro entre a fala e a escrita, a realidade e a ficção, a literatura e a história. Por isso é possível que o estudo desses textos da autora nos leve a uma melhor compreensão das relações entre literatura e realidade na enunciação de Clarice Lispector e é bem provável que nos mostrem como ela, considerada hermética e algumas vezes refratária ao engajamento explícito, na verdade nunca se distanciou do áspero e difícil terreno da realidade.

## **Referências Bibliográficas**

BAILEY, Cristina Ferreira-Pinto; ZILBERMAN, Regina. **Clarice Lispector: Novos aportes críticos**. Pittsburgh: Instituto Internacional de Literatura Iberoamericana e University of Pittsburgh, 2007.

BACKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem – problemas fundamentais do Método sociológico na Ciência da Linguagem**. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 11a ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

BARROS, Diana Luz Pessoa de; FIORIN, José Luiz (org). **Dialogismo, polifonia, intertextualidade em torno de Bakhtin**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

CANDIDO, Antonio. **Vários escritos**. São Paulo: Duas Cidades, 1977.

CLARK, Katerina; HOLQUIST, Michael. **Mikhail Bakhtin**. Trad. J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 1998.

GOTLIB, Nádía Batella. **Clarice: uma vida que se conta**. São Paulo: Ática, 1995.

LISPECTOR, Clarice. **Para não esquecer**. São Paulo: Ática, 1978.

\_\_\_\_\_. **A Descoberta do mundo**. São Paulo: Rocco, 1999.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. São Paulo: Cortez, 2004.

\_\_\_\_\_. **Discurso literário**. São Paulo: Contexto, 2008.

## **Outras fontes de pesquisa**

WEGUELIN, João Marcos. “O Rio de Janeiro através dos jornais”. Disponível em <<http://www1.uol.com.br/rionosjornais/rj45.htm>>. Acesso em 20 de jul. 2011.

Entrevista com Clarice Lispector - TV Cultura-1977. Disponível em

< <http://www.youtube.com/watch?v=zjQ5PSEOd1U> >. Acesso em 20 de jul. 2011.

## **iAutor:**

**Manoel Francisco GUARANHA, Professor Doutor.**

UNIVERSIDADE CRUZEIRO DO SUL – UNICSUL.

E-mail: manoel.guaranha@cruzeirodosul.edu.br/m-guaranha@uol.com.br.